

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

CNPJ/MF nº 08.533.336/0001-21

Balancos Patrimoniais em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)			
Ativo	Notas	30/06/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.425	16.801
Aplicações financeiras			
Contas a receber	7	692	412
Tributos a recuperar		1.087	289
Despesas antecipadas		288	238
Adiantamentos		110	3
Total ativo circulante		17.602	17.743
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais		532	532
Despesas antecipadas		22	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	4.697	3.879
Outros ativos		134	134
Imobilizado		194	232
Intangível	8	58.157	59.382
Direito de uso		886	295
Total ativo não circulante		64.622	64.454
Total do ativo		82.224	82.197

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)							
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de incentivo fiscal	Reserva de recompra de ações e de investimentos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	26.150	2.618	613	1.125	7.587	-	38.093
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(1.179)	(1.179)
Em 30 de junho de 2021	26.150	2.618	613	1.125	7.587	(1.179)	36.914
Em 31 de dezembro de 2021	26.150	2.618	613	1.125	5.790	-	36.296
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(1.588)	(1.588)
Em 30 de junho de 2022	26.150	2.618	613	1.125	5.790	(1.588)	34.708

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas da Administração às Informações Contábeis Intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("Rota dos Coqueiros" ou "Companhia") é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída em 15 de dezembro de 2006, que tem como objeto social, explorar, mediante concessão patrocinada, precedida de obras, o sistema viário composto pela praça de pedágio localizada no Município de Jaboatão dos Guararapes (Praça de Pedágio Barra de Jangada), pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, que interligará os Municípios de Jaboatão dos Guararapes e do Cabo de Santo Agostinho, pela via principal do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva ("Via Parque"), a extensão concedida é de 6,5 km, que se inicia na referida ponte de acesso e segue até conectar-se com a via municipal Rua Dezessete, do Cabo de Santo Agostinho, na Praia de Itapuama; e pela praça de pedágio localizada no Município de Cabo de Santo Agostinho (Praça de Pedágio Itapuama). A Companhia tem por objeto ainda a prestação do serviço público de operação e atividades de apoio necessárias ao funcionamento da referida ponte e sistema viário. As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010. As atividades são realizadas com base no contrato de serviço de longo prazo assim classificados:

Objeto do contrato	Prazo	Poder Concedente
Exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, pela via principal da Reserva do Paiva e pela praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho.	33 anos e 05 meses	Estado de Pernambuco

Desde 30 de abril de 2021, a Companhia é controlada diretamente pela Verona Holding e Participações Societárias S.A. ("Verona") e indiretamente pela Monte Rodovias S.A. ("Monte Rodovias"), as quais possuem 100% de participação no capital social da Companhia.

2. Resumo das principais práticas contábeis – 2.1. Base de preparação: Declaração de conformidade: As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária, que estabelece o conteúdo mínimo de uma informação contábil intermediária e os princípios para reconhecimento e mensuração para demonstrações completas ou condensadas de período intermediário. Desta forma, as informações trimestrais aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotadas na elaboração das informações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculo de estimativas. Conforme permitido pela NBC TG 21(R4), a Administração optou por não divulgar novamente o detalhamento apresentado nas Notas Explicativas nº 2 (principais políticas contábeis) e nº 3 (estimativas e julgamentos contábeis críticos) das informações contábeis anuais findas em 31 de dezembro de 2021, no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas informações contábeis anuais mais recentes. Assim, faz-se necessário a leitura destas informações contábeis intermediárias em conjunto com as informações contábeis anuais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de modo a permitir que os usuários ampliem o seu entendimento. Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional da Companhia é o real (R\$). A emissão dessas informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 05 de agosto de 2022. 2.2. Demonstração do Valor Adicionado (DVA) A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das informações contábeis intermediárias. 2.3. Novas normas e interpretações: No trimestre findo em 30 de junho de 2022, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas.

3. Instrumentos financeiros – 3.1. Ativos financeiros: Classificação: O Grupo classifica os ativos sob a categoria do custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus

ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros (não derivativos) são com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante não circulante, considerando o prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço. **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual o Grupo se comprometera a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro não é recuperável. Um ativo financeiro é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. **3.2. Passivos financeiros: Classificação:** A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros incluem empréstimos e financiamentos e fornecedores. **Reconhecimento e mensuração:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

4. Gestão de risco financeiro – 4.1. Fatores de risco financeiro: a) Considerações gerais: As atividades da Companhia as expõem aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas Controladas. A gestão de risco realizada pela Companhia é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios. **b) Gerenciamentos de riscos:** A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e preços, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplimento de seus contrapartes em aplicações financeiras e dos ativos financeiros registrados no ativo não circulante. A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição de seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. **c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. **d) Risco de crédito:** As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, no saldo de mútuos a receber no qual a Companhia fica exposta à capacidade de pagamento do devedor, e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia acompanha a situação financeira dos devedores decorrentes dos direitos creditórios a receber e mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha. **e) Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação:** A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros. A tabela a seguir demonstra a exposição no passivo da Companhia em 30 de junho de 2022 (valores expressos em milhares de R\$):

	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures – Companhia	4.322	2.852	2.300

Indicador	2022	2023	2024	2025	2026	2027
TJLP (*)	7,2%	6,5%	6,2%	5,8%	5,6%	5,6%
CDI (*)	12,4%	12,7%	9,6%	8,8%	7,8%	7,8%
IPCA (*)	7,3%	5,6%	3,5%	3,0%	3,0%	3,0%

(*) Fonte: Itaú BBA Jul./2022. Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III). As taxas consideradas foram:

Indicador	2022	2023	2024	2025	2026	2027
TJLP (*)	9,0%	8,1%	7,8%	7,2%	6,9%	6,9%
CDI (*)	15,5%	15,9%	12,1%	11,0%	9,8%	9,8%
IPCA (*)	9,1%	6,9%	4,4%	3,8%	3,8%	3,8%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2022 a 2027 das taxas apresentadas acima. **iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – CDI:** A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Juros a incorrer		
	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
Debentures – CRC	5.703	25%	50%
	2026	6.703	7.679

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

Demonstrações dos Resultados para os períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)					
Ativo	Notas	Seis meses findos em		Três meses findos em	
		Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2022	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2022	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2021
Receita líquida de serviços	16	8.620	8.185	3.970	3.553
Receita de construção	16	-	-	-	-
Total		8.620	8.185	3.970	3.553
Custo dos serviços prestados	17	(6.085)	(4.587)	(3.351)	(2.081)
Custo de construção	17	-	-	-	-
Total		2.535	3.598	619	1.472
Gerais e administrativas	18	(2.737)	(4.017)	(1.305)	(3.045)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	-	-	-
Total		(202)	(419)	(686)	(1.573)
Receitas Financeiras	19	763	-	401	(82)
Despesas Financeiras	19	(2.967)	(1.374)	(1.618)	(573)
Total		(2.406)	(1.793)	(1.903)	(2.228)
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	-	-	-	47
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	818	614	642	689
Total		(1.588)	(1.179)	(1.261)	(1.492)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)					
Ativo	Notas	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2022		Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021	
		Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2022	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2022	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2021
Prejuízo do período		(1.588)	(1.179)	(1.261)	(1.492)
Total do resultado abrangente do período		(1.588)	(1.179)	(1.261)	(1.492)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Demonstrações do Valor Adicionado para os períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)		Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)	
Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2022	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021	Seis meses findos em 30/06/2022	30/06/2021
Receitas			
Receita de serviços	9.408	8.458	
Receita de construção ICPC 01-R1	-	459	
Total	9.408	8.917	
Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, energia e outros	(135)	(195)	
Custo de construção ICPC 01-R1	-	(455)	
Serviços de terceiros e outros operacionais	(2.395)	(3.292)	
Valor adicionado bruto	6.878	4.975	
Depreciação e amortização	(2.190)	(1.900)	
Apropriação de seguros	(138)	-	
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	4.550	3.075	
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	763	202	
Valor adicionado total a distribuir	5.313	3.277	
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	3.082	2.222	
Remuneração direta	2.439	2.222	
Benefícios	548	-	
FGTS	95	-	
Impostos, taxas e contribuições Federais	635	129	
Estaduais	14	(603)	
Municipais	-	-	
Remuneração de capitais de terceiros	621	732	
Juros	3.184	2.105	
Aluguéis	2.969	1.565	
Outras	36	231	
Remuneração de capitais próprios	179	309	
Prejuízo do período	(1.588)	(1.179)	
Valor adicionado distribuído	5.313	3.277	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria. As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, sujeitos a essas variáveis. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o período findo em 30 de junho de 2022. **4.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira pode ser assim resumido:

	30/06/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	40.000	40.000
Debêntures	(15.425)	(16.801)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	24.575	23.199
Dívida líquida	34.708	36.296
Total do patrimônio líquido	59.283	59.495
Total do capital próprio e de terceiros	59.283	61%
Índice de alavancagem financeira – %	58%	61%

5. Instrumentos financeiros por categoria – A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

Ativos, conforme balanço patrimonial	Mensurados ao custo amortizado	
	30/06/2022	31/12/2021
Caixa e equivalente de caixa	15.425	16.801
Contas a receber	692	412
Outros ativos	134	134
Total	16.251	17.347

Passivos, conforme o balanço patrimonial

Empréstimos e financiamentos	-	-
Debêntures	40.000	40.000

9. Debêntures

Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	30/06/2022	31/12/2021
Debêntures CDI	2027	R\$	CDI + 3,95%	40.000	40.000
Total				40.000	40.000

Passivo circulante

Caixa e equivalente de caixa	15.425	16.801
Contas a receber	692	412
Outros ativos	134	134
Total	16.251	17.347

Passivo não circulante

Depósitos judiciais	532	532
Despesas antecipadas	22	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.697	3.879
Outros ativos	134	134
Imobilizado	194	232
Intangível	58.157	59.382
Direito de uso	886	295
Total	64.622	64.454

Total do ativo

Ativos circulantes	17.602	17.743
Ativos não circulantes	64.622	64.454
Total	82.224	82.197

Total do resultado abrangente do período

Prejuízo do período	(1.588)	(1.179)
Total do resultado abrangente do período	(1.588)	(1.179)

Fluxos de caixa das atividades operacionais

	30/06/2022	30/06/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(2.406)	(1.793)
Ajustes		
Margem de construção	-	(4)
Depreciação e amortização	2.190	1.901
Juros e variações monetárias, líquidas	2.930	1.564
Provisão para contingências	148	4
Provisão para conserva especial	-	152
Ganho por compra vantajosa	-	-
Resultado ajustado das operações	2.862	1.824
Variação dos ativos e passivos		
Contas a receber	(28	

... continuação

despesas e comissões relacionadas com a Emissão de Debêntures. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são (i) o penhor das ações de emissão da ("Companhia"), em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A. e (ii) cessão fiduciária de determinados direitos creditórios de titularidade da ("Companhia"). **Cláusula restritiva ("covenants"):** Os contratos de debêntures possuem cláusulas restritivas ("covenants"), as quais foram cumpridas pela Companhia em 30 de junho de 2022.

Movimentações:
Saldo em 31 de dezembro de 2021 **40.000**
 (+) Juros incorridos 2.904
 (-) Juros pagos (2.904)
Saldo em 31 de março de 2022 **40.000**

Prazos de vencimento
 2022 3.131
 2023 6.772
 2024 7.514
 2025 8.336
 2026 9.249
 2027 em diante 4.998
Total **40.000**

10. Direito de uso e arrendamentos – A Companhia avaliou e identificou contratos com componentes de arrendamento, que está dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2). O reconhecimento inicial considerou taxas de juros anuais obtidas utilizando como critério taxas médias de captação de cada Controlada, sendo 5,75% para a Companhia. Os principais contratos de arrendamento referem-se a Guinchos, Varredeira, Pipa, Ambulância e Veículos Operacionais e Administrativos.

Arrendamento (Passivo)

	30/06/2022	31/12/2021
Passivo circulante	374	118
Passivo não circulante	554	–
Total	928	118

A Companhia não possui outros ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) – Arrendamento.

11. Provisão para contingências – Em 30 de junho de 2022, a Companhia possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeiram o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa em atendimento ao Pronunciamento CPC 25 – provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, sendo:

	30/06/2022	31/12/2021
Cíveis	1.225	1.078
Trabalhistas	30	28
Tributárias	2	2
Total	1.257	1.108

12. Provisão para conserva especial – Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta saldo de R\$ 2.503 no passivo circulante, referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura, considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o primeiro ciclo de investimentos no período de 10 anos, descontados a valor presente, com taxas de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 33 anos e cinco meses.

13. Outras obrigações

	30/06/2022	31/12/2021
Contribuição ao fundo socioambiental (a)	808	789
Outras obrigações (b)	423	665
Total	1.231	1.454

(a) Contribuição ao fundo socioambiental: Fundo criado pela Companhia, conforme disposição contratual, lastreado com recursos decorrentes da receita de pedágio superior ao previsto no Edital de Concorrência, obedecendo faixas de compartilhamento, cuja utilização é exclusiva para os projetos de gestão social e ambiental; e (b) As demais obrigações correspondem em sua maior parte a adiantamento de clientes.

14. Impostos de renda e contribuição social diferidos – Em 30 de junho de 2022, a Companhia apresentava os seguintes saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2022	Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021
Prejuízo fiscal e base negativa	3.423	2.462
Diferenças temporárias (a)	1.274	1.417
Ativo diferido, líquido	4.697	3.879

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa conforme o quadro a seguir:

Período	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
	–	513	850	1.265	796	3.423

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social: Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2022	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(2.406)	(1.793)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) à alíquota de 34%	818	610
IR e CSLL correntes constituídos no período	818	614
IR e CSLL diferidos constituídos no período	–	–
Total de IR e CSLL no resultado	818	614

15. Patrimônio líquido – a) Capital social: Em 30 de junho de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 26.150, representado por 26.150.154 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **b) Reservas de capital:** O montante de R\$ 2.618 refere-se à cisão total do patrimônio líquido da antiga controladora indireta, composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, a qual foi incorporada pela Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social. **c) Reserva de incentivo fiscal:** Consoante Ato Declaratório Executivo nº 113, de 22 de junho de 2012, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 1º de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2021, na forma do artigo 1º da MP nº 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº

12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo nº 0026/2012, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, constante do processo administrativo fiscal nº 10480.724052/2012-15. Referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão Patrocinada com o Governo do Estado de Pernambuco (Contrato CGPE-001/2006), do setor de infraestrutura – transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme art. 2º, Inciso I do Decreto nº 4.213/2002, com início do prazo de vigência em 1º de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2021. Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei nº 11.941/09, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 171 referente à subvenção em conta de resultado e o destinou à Reserva de Incentivos Fiscais. Em 30 de junho de 2022, não houve movimentação nesta rubrica.

d) Reserva de compra de ações e de investimentos: A reserva de investimento refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao plano de investimento da Companhia. Em 30 de junho de 2022, não foi feita destinação em virtude da apuração de prejuízos.

	30/06/2022	30/06/2021
16. Receita líquida	8.156	7.702
Receitas de pedágio	1.249	1.249
Demanda de risco	22	34
Receitas acessórias	(788)	(732)
Impostos e contribuição sobre serviços	(19)	(68)
Outras deduções	8.620	8.185

Receita líquida de serviços

Receita de construção –

	30/06/2022	30/06/2021
Receita líquida	8.620	8.185
17. Custos dos serviços prestados	6.085	4.587
Custos de pessoal	(2.513)	(964)
Serviços de terceiros	(894)	(774)
Materiais, equipamentos e veículos	(132)	(101)
Gastos gerais	(448)	(262)
Provisão de conserva especial	–	(607)
Depreciação e amortização	(2.098)	(1.879)
Custos dos serviços prestados	(6.085)	(4.587)

18. Despesas gerais e administrativas

Despesas de pessoal (1.059) (1.258)

Serviços de terceiros (838) (2.295)

Materiais, equipamentos e veículos (72) (120)

Gastos gerais (676) (323)

Depreciação e amortização (92) (21)

Total **(6.085)** **(4.587)**

19. Resultado financeiro, líquido

Descontos obtidos 1 –

Rendimentos de aplicação financeira 796 201

Outras receitas financeiras (34) 1

Recetas financeiras **763** **202**

Juros de empréstimos e financiamentos – (1.557) –

Juros de debêntures (2.904) –

Juros de contratos de arrendamento (26) (7)
 Outras despesas financeiras (37) (12)
Despesas financeiras **(2.967)** **(1.576)**
Resultado financeiro, líquido **(2.204)** **(1.374)**

20. Resultado por ação – O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

	30/06/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(1.588)	(1.797)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	26.150	26.150
Prejuízo por ação – Em Reais	(61)	(69)

21. Contratos – Contrato de concessão: Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos e 5 meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor de receita estimado é de R\$ 143.203. O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

22. Seguros – A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos. A Companhia mantém seguros de risco de engenharia e garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosões de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme quadro a seguir:

Modalidade Vigência	Riscos operacionais		Responsabilidade civil geral		Responsabilidade civil – D&O		Seguro garantia		Veículos
	dezembro-22	dezembro-22	agosto-22	maio-22	agosto-22	maio-22	setembro-22		
Companhia	100.000	40.000	40.000	679	1.000				

23. Eventos Subsequentes – Debêntures incentivadas – CRC: Em 12 de julho de 2022, as Debêntures emitidas da CRC receberam o título de debêntures incentivadas, emitido pelo Ministério da Infraestrutura/Secretaria de Fomento através da Portaria nº 872, o que vai favorecer a Companhia em um benefício fiscal de Imposto de Renda. de isenção, previsto na Lei 12.431/11.

Diretores
Rafaela Elaine da Costa Lima Araújo – Diretora Presidente
Francisco de Assis Nunes Bulhões – Diretor Sem Designação Específica

Contador
Hugo Leonardo Santos de Moura – CRC-PE 027.682/O-8

Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da **Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.**

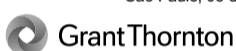
Introdução: Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("Companhia"), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas. A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBR RG 21 (R4) – Demonstração intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão. **Alcance da revisão:** Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 "Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade" e ISRE 2410 "Review of financial information performed by the independent auditor of the entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos

leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração de informações contábeis intermediárias. **Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado:** As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA"), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demons-

tração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 05 de agosto de 2022



Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP 025.583/O-1
Edinilson Attizani
 CT CRC 1SP 293.919/O-7

